

## **RESOLUÇÃO Nº 02/2000**

Alterada pela Resolução nº 30/02.

**Aprova o Regimento  
Interno do Conselho  
Deliberativo do Fundo de  
Desenvolvimento Social e  
Econômico - FUNDESE**

### **CAPÍTULO I FINALIDADE E COMPETÊNCIA**

**Art. 1º** O Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento Social e Económico - FUNDESE, regulado pela Lei nº 6.445 de 7 de dezembro de 1992, alterada pelas Leis nºs 7.503 de 13 de agosto de 1999, 7.537 de 28 de outubro de 1999 e 7.599 de 7 de fevereiro de 2000, tem por finalidade decidir sobre as diretrizes e políticas operacionais relativas aos financiamentos de programas voltados para o desenvolvimento social e económico do Estado. Deliberar sobre os projetos que lhe sejam encaminhados e orientar os mecanismos de gestão do Fundo, competindo-lhe:

**I** - Formular as políticas operacionais do Fundo;

**II** - estabelecer os mecanismos de gestão do Fundo;

**III** - examinar os projetos que lhe sejam encaminhados, decidindo sobre a sua aprovação;

**IV** - deliberar sobre a habilitação para a concessão de garantias ou financiamentos;

**V** - definir os limites e as condições dos financiamentos e da equalização de encargos financeiros pelo Fundo;

**VI** - solicitar aporte de recursos;

**VII** - acompanhar, controlar e avaliar o desempenho de suas atividades;

**VIII** - receber e analisar as propostas das instituições oficiais de crédito, referentes à execução das garantias prestadas, de acordo com os termos, condições e prazos ajustados e decidir sobre a sua aprovação;

**IX** - adotar, após aprovação das propostas das instituições oficiais de crédito, referentes à execução das garantias prestadas, as medidas referentes à integralização dos recursos necessários, encaminhando ao gestor financeiro as informações referentes ao cumprimento das garantias;

**X** - disciplinar o funcionamento das Secretarias Executivas;

**XI** - decidir sobre os casos omissos e expedir as normas complementares que julgar necessárias,

## **CAPÍTULO II** **DA ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES**

### **SEÇÃO I** **COMPOSIÇÃO**

**Art. 2º** O Conselho Deliberativo do FUNDESE - Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico é constituído pelos seguintes representantes, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo:

**I** - O Secretário da Fazenda, que o presidirá.

**II** - O Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia.

**III** - Secretário da Indústria, Comércio e Mineração.

**IV** - O Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária.

**V** - O Secretário da Infra-Estrutura.

**VI** - O Secretário da Cultura e Turismo.

**VII** - O Presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A - DESENBANCO.

**Parágrafo Primeiro.** Os membros do Conselho indicarão ao Chefe do Poder Executivo os nomes dos seus suplentes.

**Parágrafo Segundo.** Os membros do Conselho serão substituídos em suas ausências e impedimentos, pelos respectivos suplentes.

**Parágrafo Terceiro.** O Presidente do Conselho, na sua ausência, será substituído observando-se a ordem estabelecida no artigo 2º.

**Parágrafo Quarto.** Para atender ao Conselho, seu Presidente designará um Secretário Executivo que inclusive participará das reuniões, mas sem direito a voto.

**Art. 3º** Poderão participar das reuniões do Conselho Deliberativo do FUNDESE, a critério dos Conselheiros e sem direito a voto, especialistas e técnicos convidados para prestarem esclarecimentos sobre a matéria em pauta, bem como os representantes da Procuradoria Geral do Estado e da Procuradoria da Fazenda Estadual, quando convocados.

### **SEÇÃO II** **Do Apoio Técnico e Administrativo**

**Art 4º** Para cumprimento de sua competência, o Conselho Deliberativo contará com o apoio técnico do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia - DESENBANCO na condição de Secretaria Executiva do FUNDESE, competindo-lhe:

**I** - prestar apoio técnico-administrativo ao Conselho, no âmbito de sua competência;

**II** - elaborar a programação financeira do Fundo, em sintonia com o DESENBANCO;

**III** - submeter aos membros do Conselho relatório semestral de desempenho do Fundo;

**IV** - encaminhar às Camaras Técnicas de cada Programa, para análise técnica, os pleitos submetidos ao Conselho Deliberativo do FUNDESE;

**V** - recepcionar e encaminhar ao Conselho Deliberativo as análises técnicas dos pleitos elaboradas pelas Camaras Técnicas dos programas;

**VI** - desempenhar outras tarefas atribuídas pelo Conselho Deliberativo.

**Art. 5º** A Secretaria Executiva do FUNDESE deverá distribuir aos Conselheiros:

**I** - com antecedência mínima de 3 (três) dias, as atas das sessões, objeto de exame e discussão;

**II** - com antecedência mínima de 8 (oito) dias, a pauta das reuniões, e em avulsos, a matéria objeto da Ordem do Dia com a devida justificação;

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não se aplica às reuniões extraordinárias, para as quais a pauta será indicada no ato da convocação.

**Nota 1:** O parágrafo único foi acrescentado ao art. 5º foi dada pela Resolução nº 30/02.

**Art. 6º** Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 11 (onze), somente serão incluídos na pauta da ordem do dia das reuniões do Conselho, proposições com parecer:

**I** - da Secretaria Executiva, com relação aos pleitos encaminhados pelas Câmaras Técnicas dos Programas vinculados ao Fundo;

**II** - do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia - DESENBANCO, com relação aos assuntos relativos à gestão financeira do Fundo.

**III** - da Secretaria Executiva do PROBAHIA.

**IV** - da Câmara Técnica do PROAUTO.

## **CAPÍTULO III DAS REUNIÕES**

### **SEÇÃO I Disposições Preliminares**

**Art. 7º** As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas na primeira terça-feira de cada mês, na hora e local que o Conselho fixar.

**Nota 2:** A redação atual do art. 7º foi dada pela Resolução nº 30/02.

**Nota 1:** Redação original:  
*"Art. 7º As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas trimestralmente, nas datas e locais*

que o Conselho fixar.  
*Parágrafo único. As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo seu Presidente ou por um terço, pelo menos, dos membros do Conselho e realizadas em dia, hora e local marcados com a antecedência mínima de uma semana."*

**Parágrafo único.** As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente do Conselho ou por um terço, pelo menos, dos seus membros e realizadas em dia, hora e local marcados com antecedência mínima de dois dias.

**Art. 8º** As reuniões do Conselho serão presididas pelo Secretário da Fazenda ou por qualquer dos Secretários presentes, observada a ordem dos incisos do art. 2º.

**§ 1º** Ao Presidente compete dirigir os trabalhos da reunião fazendo cumprir as normas deste Regimento.

**§ 2º** Poderá a Presidência convidar outras autoridades para fazer parte dos trabalhos ou prestar esclarecimentos, não podendo, entretanto, participar dos debates e votação.

**Art. 9º** O acesso de assessores às salas de reuniões dependerá de credenciamento pela Secretaria Executiva por indicação dos Conselheiros.

**Parágrafo único.** Poderá a Presidência, por deliberação do Conselho, limitar o número de assessores ou vedar-lhes a presença, em função da natureza dos assuntos em pauta.

**Art. 10.** O conselho poderá reunir-se, no mínimo, com maioria simples dos seus membros.

**Art. 11.** As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem:

- 1º - instalação dos trabalhos;
- 2º - leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
- 3º - leitura e distribuição do expediente;
- 4º - exposição do Presidente do Conselho sobre as atividades do órgão;
- 5º - Ordem do Dia - que constará de discussão e votação da matéria em pauta;
- 6º - assuntos de ordem geral.

**Parágrafo único.** Será incluída na Ordem do Dia, para efeito de discussão e votação, a matéria que tenha regime de urgência aprovado pelo Conselho.

## **SEÇÃO II**

### **Das Disposições**

**Art. 12.** Serão submetidas à apreciação da Secretaria Executiva do Conselho, para inclusão na pauta da Ordem do Dia:

- I** - Proposições de financiamento de projetos;

**II** - Proposições de criação de Câmaras Técnicas, vinculadas a Programas apoiados pelo FUNDESE;

**III** - Proposições de Resolução para encaminhamento das decisões do Conselho.

**Parágrafo único.** Serão submetidas ao DESENBANCO as proposições referentes aos incisos I e II deste artigo.

**Art. 13.** As proposições de iniciativas de qualquer Conselheiro serão encaminhadas à Secretaria Executiva com justificativa circunstanciada de seus objetivos.

**Parágrafo único.** As proposições subscritas por mais de um conselheiro somente poderão ser retiradas da apreciação do CONSELHO, por solicitação formal de todos os signatários.

### **SEÇÃO III**

#### **Dos Debates**

**Art. 14.** Os debates processar-se-ão de acordo com as normas deste Regimento, observado o seguinte:

**I** - a nenhum Conselheiro será permitido falar sem pedir a palavra;

**II** - o Presidente poderá chamar os trabalhos à ordem ou suspender a sessão, quando julgar necessário.

**Art. 15.** No decorrer dos debates o Conselheiro poderá falar:

**I** - para apresentar proposições, indicações, requerimentos e comunicações;

**II** - sobre a matéria em discussão;

**III** - pela ordem;

**IV** - para encaminhar votação;

**V** - em explicação pessoal.

**Art. 16.** O Conselheiro só poderá falar pelo prazo de até 15 (quinze) minutos no debate de matéria em discussão, prorrogável, a critério do Presidente, por 5 (cinco) minutos.

**Parágrafo único.** O autor da matéria em discussão, sempre que necessário, poderá intervir nos debates, para prestar esclarecimentos, durante o prazo concedido pela Presidência.

**Art. 17.** Sempre que um Conselheiro ou o Presidente julgarem conveniente, poderão ser solicitados a qualquer dos Conselheiros os esclarecimentos necessários sobre a matéria em discussão, independentemente dos prazos previstos neste regimento.

**Parágrafo único.** Os esclarecimentos de que trata este artigo poderão também ser prestados pelo Presidente do Conselho, seus assessores ou por assessores dos membros do Conselho.

**Art. 18.** O Presidente disporá do prazo de até 20 (vinte) minutos para fazer, em cada reunião, urna exposição sobre as atividades do Conselho.

**Art. 19.** Aparte é a interferência consentida pelo orador para urna indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate.

§ 1º O aparte, que deverá ser breve, só será permitido se o consentir o orador.

§ 2º Não serão permitidos apartes à palavra do Presidente, à exposição do Presidente sobre as atividades do Conselho, nos encaminhamentos de votação e em questões de ordem.

**Art. 20.** O Conselheiro poderá solicitar, em qualquer fase da discussão, a retirada de matéria de sua autoria, ficando a critério do Presidente deferir o pedido.

**Parágrafo único.** Considerar-se-á imempestivo o pedido de retirada apresentado depois de anunciada a votação da matéria.

**Art. 21.** O pedido de vista de matéria apreciada pela Secretaria Executiva, submetida à decisão do Conselho, poderá ser formulado por qualquer Conselheiro, enquanto perdurar sua discussão em plenário.

**Parágrafo único.** Considerar-se-á intempestivo o pedido de vista apresentado depois de anunciada a votação da matéria.

**Art. 22.** Formulado o pedido de vista, a matéria será automaticamente retirada da Ordem do Dia, ficando a sua discussão e votação transféridas para a próxima reunião ordinária do Conselho.

**Parágrafo único.** A critério do Conselho, a matéria poderá ser discutida e votada em reunião extraordinária que anteceda a reunião ordinária seguinte.

**Art. 23.** É vedado a qualquer Conselheiro pedir vista de matéria que já teve a sua discussão e votação suspensas em virtude de idêntica solicitação anteriormente formulada.

**Art. 24.** A discussão de matéria constante da Ordem do Dia poderá ser adiada, em diligência, até a reunião ordinária subsequente, a critério do Conselho.

**Art. 25.** É permitido ao Conselho nomear relator ou comissão especial de 3 (três) membros para emitir parecer sobre assuntos submetidos à sua apreciação.

#### **SEÇÃO IV** **Da Urgência**

**Art. 26.** O Conselho poderá decidir sobre matéria em regime de urgência que tenha parecer prévio da Secretaria Executiva, ou do DESENBANCO, na forma do disposto nesta Seção.

§ 1º A matéria em regime de urgência deverá ser levada ao conhecimento dos Conselheiros antes de serem iniciados os trabalhos da reunião.

§ 2º O Presidente submeterá ao Conselho a inclusão na Ordem do Dia da matéria referida no parágrafo anterior, ressalvado o pedido de destaque.

§ 3º Obedecido o disposto nos parágrafos anteriores, a matéria em regime de urgência será submetida à discussão e votação.

## **SEÇÃO V** **Das Votações**

**Art 27.** Anunciado pelo Presidente o encerramento da discussão, a matéria será submetida a votação.

**Art. 28.** Em matéria de financiamentos e concessão de benefícios e incentivos fiscais a votação será, em regra, não podendo ser secreta quando, a requerimento, deliberar o Conselho.

§ 1º Nas demais deliberações a votação será, em regra, simbólica, podendo ser nominal quando, a requerimento, deliberar o Conselho.

§ 2º Se algum conselheiro tiver dúvidas quanto ao resultado da votação proclamada, poderá antes de se passar a outro assunto, requerer verificação, independentemente de aprovação do plenário.

**Art. 29.** As decisões do Conselho serão tornadas:

I - por seis sétimos dos membros para aprovar a concessão de financiamentos, benefícios e incentivos fiscais ou sua revogação.

**Nota 2:** A redação atual do inciso I do art. 29 foi dada pela Resolução nº 30/02.

<b>Nota</b>	<b>1:</b>	<b>Redação</b>	<b>original:</b>
			<i>"I - por unanimidade dos representantes presentes, na aprovação de financiamentos e na concessão de benefícios e incentivos fiscais previstos na legislação estadual;"</i>

II - por maioria simples dos representantes presentes, nas demais deliberações.

**Nota 2:** A redação atual do inciso II do art. 29 foi dada pela Resolução nº 30/02.

<b>Nota</b>	<b>1:</b>	<b>Redação</b>	<b>original:</b>
			<i>"II - por seis sétimos dos representantes presentes, na revogação total ou parcial de benefícios fiscais concedidos;"</i>

III - revogado

**Nota 2:** O inciso III do art. 29 foi revogado pela Resolução nº 30/02.

<b>Nota</b>	<b>1:</b>	<b>Redação</b>	<b>original:</b>
			<i>"III - por maioria simples dos representantes presentes, nas demais deliberações."</i>

**Parágrafo único.** Cabe ao Presidente voto de desempate, nas decisões do inciso

**Art. 30.** Os Conselheiros poderão requerer preferência para a votação de qualquer matéria constante da Ordem do Dia.

**Art. 31.** A matéria constante da Ordem do Dia poderá, em parte ou na sua

totalidade, ser votada englobadamente, ressalvados os pedidos de destaque, que serão concedidos automaticamente e votados um a um.

**Parágrafo único.** As partes não destacadas terão preferência na votação.

## **SEÇÃO VI**

### **Das Questões de Ordem**

**Art. 32.** Toda dúvida sobre a interpretação e aplicação deste regimento ou relacionada com a discussão da matéria, considera-se questão de ordem.

§ 1º As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa do que se pretenda elucidar.

§ 2º O prazo para formular uma questão de ordem não poderá exceder de cinco minutos.

**Art. 33.** Cabe ao Presidente da reunião resolver as questões de ordem.

## **SEÇÃO VII**

### **Das Atas**

**Art. 34.** De cada reunião do Conselho serão lavradas atas sucintas, as quais serão lidas e submetidas à discussão e votação na reunião subsequente.

§ 1º Poderá ser dispensada a leitura das atas, tendo em vista sua distribuição anterior (inciso 1 do artigo 4º).

§ 2º As atas serão impressas em folhas soltas, com as assinaturas admitidas, e receberão as assinaturas do Presidente da reunião em que foram aprovadas e do titular da Secretaria Executiva do Conselho, sendo distribuídas as cópias aos Conselheiros.

§ 3º Encadernadas anualmente, as atas serão arquivadas na Secretaria Executiva do Conselho.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 35.** Os debates das reuniões do Conselho poderão ser gravados e, depois de impressos e revistos, deverão ser periodicamente encadernados para formação dos anais e arquivos do Conselho.

**Art. 36.** Das decisões do Conselho serão baixadas Resoluções, assinadas pelo Secretário da Fazenda.

**Art. 37.** Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo plenário.

**SALA DAS SESSÕES**, em 28 de julho de 2000.

**Albérico Machado Mascarenhas**  
**Secretário da Fazenda**



**Presidente do Conselho Deliberativo do FUNDESE**

**Pedro Barbosa de Deus**  
**Secretário da Agricultura, Irrigação e**  
**Reforma Agrária**

**Luiz Vasconcellos Carreira**  
**Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia**

**Roberto Moussallem de Andrade**  
**Secretário de Infra-estrutura**

**Benito Gama**  
**Secretário da Indústria, Comércio e Mineração**

**Paulo Renato Dantas Gaudenzi**  
**Secretário de Cultura e Turismo**

**Clécio Antonio C.Eloy**  
**Diretor DESENBANCO**

